



## A construção da identidade do aluno frente ao projeto lei de ideologia de gênero

### Building the identity of the student in the face of the gender ideology bill

Maiara Cristine Oliveira de Almeida<sup>1</sup>; Carolina Sena do Vale<sup>2</sup>;  
Cristiano Cezar Gomes da Silva<sup>3</sup>

<sup>(1)</sup>Fonoaudióloga pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Aluna especial do mestrado em dinâmicas territoriais e cultura; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Arapiraca, Alagoas; email: maiara\_cristine@hotmail.com

<sup>(2)</sup>Psicóloga pela Universidade Federal de Alagoas, Aluna especial do mestrado em dinâmicas territoriais e cultura; Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); email: carolinasvale@hotmail.com;

<sup>(3)</sup>Prof. Dr. da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Arapiraca, Alagoas; email: cristianocezar.pe@bol.com.br;

*Recebido em: 15 de novembro de 2019; Aceito em: 05 de janeiro de 2020; publicado em 10 de 01 de 2020. Copyright© Autor, 2020.*

**RESUMO:** O presente trabalho traz uma breve discussão acerca dos conceitos de ideologia, gênero e identidade a partir do debate a respeito da identidade do aluno frente ao projeto lei de ideologia de gênero. No decorrer do trabalho, tais conceitos foram correlacionados ao projeto lei de ideologia de gênero com a construção de identidade do aluno. Foram mobilizados autores, como: Althusser (1995), Arroyo (2004), Carvalho (2011), Foucault (1988), Hall (2005), Louro (2007), Souza e Silva (2018) e Silva (2017), além de algumas normas legais. Do ponto de vista metodológico, foram realizadas análises bibliográficas, para, a partir das leituras, trazer elementos para a presente discussão. Destaca-se que a escola deve possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da compreensão sobre as diferenças corporais e sexuais que culturalmente se constroem na sociedade, tendo papel fundamental na desmistificação dessas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero e sexual. Nesse sentido, este trabalho visa suscitar o debate e a reflexão sobre a ideologia de gênero na construção da identidade a partir da escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** ideologia de gênero; identidade; escola;

**ABSTRACT:** The present work brings a brief discussion about the concepts of ideology, gender and identity from the debate about the student's identity against the gender ideology bill. In the course of the work, such concepts were correlated to the gender ideology law project with the student's identity construction. Authors were mobilized, such as: Althusser (1995), Arroyo (2004), Carvalho (2011), Foucault (1988), Hall (2005), Louro (2007), Souza e Silva (2018) e Silva (2017), in addition to some legal rules. From the methodological point of view, bibliographical analyzes were performed to, from the readings, bring elements to the present discussion. It is noteworthy that the school must enable the development of critical thinking from the understanding of the body and sexual differences that are culturally built in society, having a fundamental role in the demystification of these differences, besides being an important instrument in the construction of values and attitudes. that allow a more critical and reflective look at gender and sexual identities. In this sense, this work aims to arouse debate and reflection on gender ideology in the construction of identity from the school.

**KEYWORDS:** gender ideology; identity; school.

## INTRODUÇÃO

A escola, em sua função social, é caracterizada como um espaço democrático que deve oportunizar a discussão de questões sociais e possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico. Para isso, constroem e produzem conhecimentos, além de contribuir oferecendo caminhos para o desenvolvimento dos discentes. É também um ambiente de sociabilidade entre as crianças adolescentes e jovens, o que acarreta a difusão sócio-cultural, incluindo as relações de gênero.

O termo igualdade tem sido bastante empregado nesses últimos tempos, algumas vezes com discursos distantes de seus reais significados, muitas vezes perpassados por preconceitos, não dimensionando as diferenças de culturas e identidades. Durante as campanhas presidenciais em 2018 no Brasil, muito foi falado e discutido sobre o Projeto de Lei 10577/2018 que visava à alteração do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo assim as diretrizes e bases da educação nacional, almejando a proibição da disseminação da ideologia de gênero nas escolas brasileiras.

Convivendo diariamente com a necessidade de abordar temas e criar oportunidades para discussões relacionadas à liberdade e diversidade de gênero, buscam-se maiores esforços e estudos por parte de grupos de estudo a fim de garantir que as vozes dos sujeitos sejam ouvidas, cada um do seu modo e sanando dúvidas relativas a este universo em estudo. Sendo assim, nasce a necessidade de discutir essa temática num solo fértil e recheado de personalidades e identidades distintas, neste caso a sala de aula. Não obstante, em vários estados há projetos de lei que visam garantir e estabelecer o silêncio por parte dos sujeitos produtores de conhecimento e cultura em problematizar e discutir essas questões. Partindo dessa constatação, assim como tomando impulso devido a tantas produções e abordagens no cerne acadêmico, surge a necessidade de dialogar acerca da formação de identidade dos alunos frente ao projeto lei de ideologia de gênero.

A partir dessa problemática, essa pesquisa se faz da necessidade de compreender o processo de formação de identidade frente à ideologia de gênero no ambiente escolar e quais os pontos que subsidiam a proibição e a liberação da discussão da ideologia de gênero por parte dos docentes, bem como a sua influência no processo de construção de identidade. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma reflexão de como e se vêm sendo tratados e abordados temas correlacionados à ideologia de gênero, o processo de

formação de identidade do aluno sobre questões e temas relacionados à diversidade e identidade de gênero (não) são abordados em sala de aula pelos diversos sujeitos.

O trabalho analisa, em um primeiro momento, teoricamente, a definição de ideologia e gênero, posteriormente, como se dá o processo de construção de identidade. No terceiro momento será construída uma reflexão sobre ideologia de gênero e ensino sobre gênero e influência frente à formação de identidade do aluno.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, que tem como objetivo sistematizar as informações sobre determinado tema, de maneira ampla, mas com critérios de busca pré-estabelecidos.

A busca por artigos foi feita por consulta às bases de dados SciElo e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), em Julho e Agosto de 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### DEFINIÇÃO DE GÊNERO E IDEOLOGIA

Inicialmente faz-se necessária a definição e discussão dos termos gênero e ideologia, bem como a interrelação de ideologia de gênero. O gênero é entendido como construções sociais, e não baseados nos sexos biológicos, sendo definido como um termo que prevê a igualdade na percepção de capacidades entre homens e mulheres. O mesmo teve origem da necessidade em atribuir ideias com base nos costumes, atribuídos, assim, tanto a homens como a mulheres, dependendo da cultura, reduzindo assim a relação de poder. A este respeito, afirma Louro (2007, p.18) que “a construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações [...]. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado.”

Assim, o gênero está voltado para valores e normas sociais, sendo distanciado da definição de sexo, no qual é centrado em questões biológicas. Quando definimos, sexo há uma correlação pela relação de homem/mulher e masculino/feminino, ligado à relação biológica de ter nascido com órgãos genitais pertencentes aquele sexo. Sexualidade e

gênero estão inteiramente ligados à nossa construção social, esta, leva e precisa de experiências, trocas sociais e círculos sociais para ter uma definição mais sólida.

No entanto, a maioria das sociedades leva a seguir apenas um caminho, o da heteronormatividade, pregando o binarismo de gênero e prescrevendo o que pode e o que não pode dentro dos círculos sociais, dos estratos, desenhando estereótipos e padrões. Portanto, gênero é uma categoria de análise que precisa ser problematizada, para abolir desigualdades entre homens/mulheres.

As relações de gênero referem-se às relações sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais, atribuindo, dessa forma, valores e normas, construindo as diferenças e hierarquias sexuais, delimitando o que seriam papéis masculinos e femininos. Este tipo de relação inicia-se, em várias culturas, antes mesmo da criança entrar na escola, permanecendo comum no espaço escolar, que apenas reforça essas definições e ajuda na construção da identidade sexual das meninas e dos meninos, utilizando-se da disciplina como instrumento para orientar a conduta das crianças segundo seu gênero.

A sexualidade é definida como uma amálgama de informações, sensações, orientações, descobertas que permeiam por todos os territórios, culturas, contextos históricos e sociedade, sendo definida por Foucault (1988) como um dispositivo histórico atrelado a um conjunto de veras heterogêneo que se entrelaçam, formando uma rede por fios advindos de diferentes lugares. Portanto, tratamos aqui de um termo que comporta as ideias de gênero e sexo e, em seu bojo, traz influências sociais determinantes e determinadoras de identidades, orientações, expressões do próprio gênero em diferentes visões simbólicas e ideológicas.

Já a definição de ideologia, considera-se que existem dois significados, o primeiro se dá por organizar conjunto de valores políticos para orientar comportamentos coletivos e o segundo é levado pela crença de noções ideológicas como sinônimo de senso comum, sendo construído por uma classe dominante que buscaria criar uma falsa interpretação da realidade na classe dominada. Para Althusser,

a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Sendo a ideologia eterna, devemos agora suprimir a temporalidade em que apresentamos o funcionamento da ideologia e dizer: a ideologia sempre/já interpelou indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos. (ALTHUSSER, 1985, p. 98).

A partir das proposições de Althusser (1995), podemos compreender que a ideologia, ao interpelar o indivíduo em sujeito, constrói uma aparência de naturalidade para as percepções do mundo e da realidade, possibilitando a atribuição de sentidos e valores morais aos pensamentos e formas de enxergar a realidade. Nessa direção, Silva (2017) aponta:

a produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. A moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia, visto que são os homens que, desenvolvendo suas produções materiais, transformam seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. (SILVA, 2017, p. 225).

Nessa perspectiva, observamos que os valores de gênero são produzidos mediante os valores ligados à moral, desconstruindo, dessa maneira, a aparente autonomia, pois estão sendo (re)criados incessantemente no interior de dispositivos ideológicos em uma arena de disputas sobre quais valores serão predominantes em um grupo social.

## CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Abordar a temática da identidade não é tarefa fácil, visto que é um termo complexo. A cultura na qual estamos inseridos tem papel fundamental nas nossas ações e construção da nossa identidade, influenciando assim o nosso fazer, comer, pensar e vestir. A construção de identidade se dá a partir da construção de símbolos, sendo denominada como um elemento reconfigurador das práticas sociais, sendo marcada pela diferença, estabelecendo relações de pertencimento, participação, igualdade, mas também de segregação e distanciamento.

Essa construção de um sujeito está em constante constituição por meio da posição que o sujeito ocupa frente às práticas discursivas, conseguindo assumir identidades diferentes em momentos diferentes, não sendo unificadas e iguais. Para contextualizar e definir o processo de construção de identidade, faz-se necessário citar as três diferentes concepções de identidade ao longo da história descritas por Hall (2006). A primeira é a identidade do sujeito do Iluminismo, no qual é caracterizada por uma visão individualista do sujeito, prevalecendo, assim, a capacidade de razão e de

consciência, sendo o sujeito pertencente a um núcleo interior que inicia ao nascimento e permanece por toda a sua vida, sendo igual por todo desenvolvimento. Na segunda, a identidade é vista do ponto de vista sociológico, no qual prevê que o núcleo interior do sujeito é formado por meio da relação com o outro e, por consequência, com o meio em que vive, sendo mediado pela cultura. Já na terceira, demonstra a definição de identidade do sujeito pós-moderno, na qual é variável, sendo formada por meio das transformações e pelas influências dos diferentes meios culturais. Esse sujeito pós-moderno assume identidades diferentes, dependendo do contexto que ele está inserido.

Dessa maneira, a família, a escola, igreja e demais instituições sociais nas quais o sujeito está inserido vão influenciar no processo de construção da identidade mediante as relações existentes, no espaço, tempo e no contexto. Essa identidade se (re)faz a partir das relações de poder presentes na convivência, no tempo e no contexto. Hall (2005) destaca, ainda, o declínio das identidades frente ao mundo globalizado em virtude da fragmentação das sociedades, levando, assim, à mudança no conceito de identidade já que as novas identidades estão sendo consideradas desarticuladas e fragmentadas.

Em relação à formação da identidade de gênero, essa é construída a partir de valores, padrões de comportamentos e características específicas pertencentes ao gênero masculino e feminino, estabelecidos pela sociedade no qual o sujeito está inserido. Esses estereótipos são formados e/ou modificados por influências históricas e culturais de determinada sociedade. Nesse sentido, são denominados “crenças e valores”, sendo passados de geração a geração estabelecendo, assim, padrões comuns e homogêneos de comportamentos para o mesmo grupo social.

## **IDEOLOGIA DE GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

A família é a primeira instituição responsável pela formação de identidade em uma criança, atribuindo assim valores, regras e normas pertencentes à comunidade na qual está inserida. Nesse primeiro momento, são atribuídas brincadeiras, vestimentas, atitudes, normas, entre outros conceitos de acordo com os modelos e padrões estabelecidos naquela comunidade, incluindo as relações de poder estabelecidas. Com início da inserção da criança na escola, vemos a segunda responsável pela formação da identidade na qual, na maioria das vezes, são aglutinadas diversas realidades culturais e

sociais. Na escola esses padrões adquiridos e atribuídos em sua comunidade não são modificados, o critério para divisão dos alunos em grupo é o sexo. Há estudos que denominam a existência, por professores, de diferentes expectativas com relação às atitudes, experiências, e o desempenho de meninos e meninas na sociedade e na reflexão crítica sobre a construção de diferentes estereótipos relacionados ao sexo.

Trabalhar a construção da identidade do aluno frente à ideologia de gênero torna-se compreensível para uns e, por outros, denominado como uma proposta contrária ao que a cultura na qual está inserido. O grupo contrário a essa prática analisa como uma proposta de tratar iguais os diferentes com o objetivo de torná-los iguais, buscando uma normatização das diferenças, desconsiderando suas histórias e sua cultura.

Construir identidade está ligado ao conhecimento da sua história, cultura, local e dos seus costumes. É uma discussão a partir do conhecimento da realidade que o sujeito está inserido, valorização, aceitação e intervenção no meio a partir de uma proposta de educação que dê sustentação e que auxilie. Fazendo jus a essa ideia, Arroyo (2004) assinala que “a escola e os saberes são direitos do homem e da mulher, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os valores, a cultura e a formação que acontecem fora da escola”. Assim, é vista a necessidade de pertencimento ao espaço, de conhecimento e a condição dada pela educação, de poder de transformação, de ação, de melhoramento ao espaço em que se vive e se desenvolve. Diante dessa afirmação, é primordial prezar pela discussão e reconhecimento do conteúdo do projeto lei de ideologia de gênero.

O termo “ideologia de gênero” surgiu em 1998 durante uma conferência realizada no Peru e, desde o seu surgimento, setores mais conservadores da sociedade protestaram sobre contextualizar e falar acerca desses assuntos nas escolas. Esse termo vem a cada dia ganhando forças e dividindo opiniões. Conforme a filósofa Arlene Bacarji, ideologia de gênero é definida como aquilo:

[...] que ensina, nas escolas, para crianças, adolescentes e adultos, que o gênero (o sexo da pessoa) é algo construído pela sociedade e pela cultura, as quais eles acusam de patriarcal, machista e preconceituosa. Ou seja, ninguém nasce homem ou mulher, mas pode escolher o que quer ser. Pois comportamentos e definições do ser homem ou mulher não são coisas dadas pela natureza e pela biologia, mas pela cultura e pela sociedade, segundo a ideologia de gênero [...] (BACARJI, 2015)

Entende-se a exclusão da prática de conteúdos sobre a ideologia de gênero em ambientes escolares como processo de minimizar a (re)construção de identidade frente a esse tema junto aos alunos, pois perpassaria e poderia ser agregados a valores do sujeito que estaria transmitindo e explicando o conteúdo, neste caso, o professor. Justificando a necessidade da abolição da ideologia de gênero decorrente ao medo de que o debate contrarie crenças familiares e identidade criadas, podendo gerar algum tipo de intolerância religiosa ou social, dos professores ou colegas.

Já defensores da educação sobre gênero concordam de que gênero é socialmente construído. Para Souza e Silva (2018),

o gênero, masculino ou feminino, ou outros modos de reconhecimento, é um processo contínuo no qual se tornar um indivíduo feminino ou masculino não é algo que aconteça de uma só vez, mas um processo que é contínuo, que nunca se completa. (SOUZA e SILVA, 2018, p. 67).

Dessa maneira, os defensores da educação de gênero acreditam que falar sobre a temática tanto na escola quanto fora dela é primordial, combatendo desigualdades sociais, frente à oposição “homem e mulher” e na desconstrução de estereótipos sobre sexualidade, incentivando o respeito e minimizando os preconceitos e estigmatizações sofridas por diversos sujeitos. Possibilitando, ainda, que não se crie, no âmbito escolar, relações de poder e pensando criticamente a condição da mulher na sociedade, desnaturalizando as desigualdades sociais, construídas historicamente pelo patriarcado e não atribuindo essas diferenças a fatores e condições biológica ou física.

Para Butler (2000), a formação da identidade do sujeito se dá em uma relação de poder no qual a normatização dos padrões admitidos e aceitos pelo grupo social são alicerçados mediante a abjeção do outro. Uma regulação e materialização de práticas discursivas, mas também cristalizadas e materializadas no preconceito e na repulsa ao sujeito fora das normas da sexualidade vigente. Assim, para essa filósofa:

A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da "abjeção" — e seu status para o sujeito — como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um dado sexo diz respeito, centralmente, à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada. (BUTLER, 2000, p. 112).



Por outro lado, partindo da Constituição brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) discute-se de quem seria a função de falar ou educar sobre gênero. A Constituição de 1988 define que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que: “Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (BRASIL, 1990)

No ano de 2014, durante a tramitação no Congresso Nacional da Planos Municipais de Educação (PNE), a questão de gênero foi retirada do texto original. Na ocasião, as bancadas evangélicas e conservadoras, afirmaram que as expressões utilizadas no documento colocavam em evidência uma “ideologia de gênero,” expressões que desfigurariam os conceitos de homem e mulher, colocando em risco o modelo de família tradicional.

No documento da PNE, o texto vetado tinha como meta central “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2014). Assim sendo, o PNE aprovado passou para os Estados e Municípios a decisão de incluir nos seus planos a discussão de gênero e de orientação sexual. Dessa maneira, nos últimos anos, várias discussões foram levantadas em todo país, projetos de leis municipais foram aprovados, proibindo a discussão de gênero e sexualidade nas escolas.

Dessa forma, instituem-se os dois espaços de educação, sendo na família o local onde seriam aprendidos valores, e na escola seria dada a educação formal, sendo as crianças e adolescentes expostos, também, às diversidades culturais e religiosas. Assim, Carvalho (2011) diz que “somos múltiplos e diversos, contudo nossa diversidade não pode ser transformada em desigualdade. É neste contexto que a educação escolar deve proporcionar alternativas de intervenção na realidade, de modo que as diferenças não sejam negadas”.

O processo de formação da identidade de um sujeito perpassa por questões ideológicas e crenças advindas de sua cultura, fazem-se necessária a busca e discussões do impacto desse processo de ideologia de gênero frente ao processo de construção da

identidade desse aluno, bem como aprofundamentos referentes ao projeto lei sobre a abolição do conteúdo nas escolas. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na desmistificação destas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero.

Para uma melhor compreensão acerca dos termos identidade de gênero e identidade sexual, faz-se fundamental entendermos inicialmente o que se pensa sobre identidade. Desta forma, quando nos referimos à identidade pretendemos destacar que esta é de maneira geral um conjunto de aspectos individuais que caracteriza o indivíduo, estando diretamente ligada à forma como o ser humano se percebe, tanto individual quanto socialmente, podendo ser modificada ao longo da vida de acordo com as transformações pessoais do ser humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação se constitui de suma importância no processo de socialização e formação humanas, podendo ser determinante na construção de consciências críticas ou podendo também reproduzir ideologias, influenciando, assim, na identidade do sujeito. Pretende-se ampliar uma discussão de gênero na escola, não existindo, nessa perspectiva, uma doutrinação ideológica de gênero. Existe o papel da escola em formar cidadãos e cidadãs para a convivência com respeito mútuo na sociedade, exercendo seu papel social. Faz-se necessária maiores discussões sobre a permissão ou proibição da explanação de conteúdos sobre ideologia de gênero por parte dos docentes frente à formação de identidade desses alunos.

Iniciou-se uma tentativa de discussão sobre o Projeto de Lei 10577/2018 que visava à alteração do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, almejando a proibição da disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil, porém a mesma encontra-se em fases de reformulações. Atualmente, há, em diversos estados, a iniciativa de discutir e implementar projetos de lei estaduais e municipais nos sobre a ideologia de gênero.

## REFERÊNCIAS

1. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 10. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
2. ALTMANN, Helena. *Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais*. *Revista Estudos Feministas*. vol.9. n.2 Florianópolis, 2001.
3. ALBERNAZ, Lady Selma; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.
4. ANJOS, Gabrielle dos. *Sociologias, Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências*. Porto Alegre, ano 2, n° 4, jul/dez 2000, p.274-305.
5. BACARJI, Arlene. *A Ideologia de Gênero*. Portal Formação Canção Nova, 02 fev. 2015.
6. BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v. I. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
7. BRASIL. Constituição Federal, 22 de setembro de 1988.
8. BRASIL. Lei 8.069. Estatuto da criança e do adolescente, 13 de julho de 1990.
9. BRASIL. Lei 13.005. Plano nacional de educação, 25 de junho de 2014.
10. BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC / SEF, 1998. 3v.
11. BRITZMAN, Deborah. Sexualidade e cidadania democrática. IN: SILVA, Luiz Heron. *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998.p. 154-171.
12. BUTLER, Judith. Corpos que pesam: os limites discursivos do “sexo”. In: Guacira Lopes Louro (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.
13. CARVALHO. Raquel Alves. *A construção da identidade e da cultura dos povos do campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação*. Piracicaba, SP. 2011 – UNIMEP.
14. CLAM/IMS/UERJ. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/ES em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Caderno de atividades. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.
15. FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade 1: a vontade de saber*. 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
16. GERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
17. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
18. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
19. MATOS, Ualy Castro. *Identidade: territórios existenciais*. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2010.

20. MEIRA, Luis B. *Sexos: aquilo que os pais não falaram para os filhos*. João Pessoa: Autores Associados, 2002.
21. NAVARRO, Rodrigo Tramutolo. *A formação da identidade de gênero: um olhar sobre a Educação Física*. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis. 07. 28 a 30 de Agosto de 2006.
22. NUNES, César; SILVA, Edna. *A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo*. Campinas, SP: Autores associados, 2000.
23. PEROZIM, Livia. Título do artigo. *Revista Nova Escola*. Ano 10 n.109, Maio, 2006, p. 48-61.
24. RIOS, Luis Felipe. Homossexualidade no plural dos gêneros: reflexos para incrementar o debate sobre diversidade sexual nas escolas. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 97-111.
25. SAFIOTTI, Heleieth I.B. *A Mulher na Sociedade de Classes*. São Paulo, Vozes, 1979.
26. SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de; SOUZA, Rosângela Silva de; ROCHA, Rosilene Oliveira da. Diversidade, diferença, desigualdade e educação. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. *Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 11-22.
27. SILVA, Sirlene Mota Pinheiro; ALBUQUERQUE, Zelia Souza. *Gênero e sexualidade na escola: uma abordagem necessária*. In: I Encontro maranhense sobre educação, mulheres e relações de gênero no cotidiano escolar, São Luís, MA. EDUFMA, 2008, p. 38-48.
28. SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. Entre sentidos, ideologia, sujeito e esquecimentos: alguns pressupostos teóricos sobre a análise do discurso. In: SANTOS, Maria Francisca Oliveira; OLIVEIRA, Almir Almeida de (orgs.). *Linguagem, uso e ensino*. Arapiraca – AL: EdUNEAL, 2017. p. 217-238.
29. SOUZA, Luana Rafaela dos Santos de; SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. Performatização de mulher(es) em cordéis – abordagens (in)disciplinar entre estudos culturais e linguística *queer*. In: LIMA, Conceição Maria Dias de; SILVA, Cristiano Cezar Gomes da; FERRO, Jenaice Israel (orgs.). *Territorialidade e cultura: a interdisciplinaridade em pesquisas sobre saberes em Alagoas*. Arapiraca – AL: EdUNEAL, 2018. p. 63-71.
30. TORRES, W, M.S. *Um Novo Paradigma para a formação da Identidade de Gênero*. Disponível em: Acesso em 05 ago. 2019.
31. VIANNA, Claudia. *Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da educação escolar*. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997, p. 119 – 129.